

WEBER E A CRISE DO LIBERALISMO

Ana Cleide Chiarotti Cesário¹

O pensamento e a obra de Max Weber (1864-1920) refletem os problemas político-sociais fundamentais de sua época. Viveu e presenciou uma situação em que a Alemanha guilhermina era, ainda, “um mundo intacto” na Europa burguesa, antes da Primeira Guerra. Uma situação descrita por Wolfgang Mommsen como o “umbral da crise do liberalismo”. Assim, Weber percebeu a crise e procurou traduzir ideais liberais para a sociedade “pós-burguesa”, condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo e pela democracia de massas. Mommsen afirma que Max Weber foi um “liberal na situação limite”. Para o comentador de Weber, ele foi também “um nacionalista ‘racional’, na medida em que realmente tratou de subordinar a este ideal valorativo supremo, com extrema coerência, todos os outros postulados políticos e incorporar seus ideais nacionais a uma imagem racional do mundo (...)”²

Weber demonstra, ao longo de sua produção intelectual, o quanto esteve impressionado com a força transformadora do capitalismo, que destruiu as instituições feudais e tradicionais, gerando imensas forças econômicas e sociais, engendrando estruturas burocráticas anunciadoras de uma *servidão futura*. Por não acreditar na proposta socialista como solução para os problemas do seu tempo, buscou uma alternativa dentro dos limites do próprio liberalismo, por meio da democratização do sistema político. De modo surpreendentemente radical, Weber fez a sua aposta política na ação transformadora do líder plebiscitário.

Este breve ensaio tem como objetivo mostrar como Weber apreendeu a crise do liberalismo, tanto de um modo geral – pela tendência da crescente racionalidade observada no mundo moderno, quanto de modo particular – pela apreensão das condições sócio-políticas da Alemanha. Ainda segundo o pensamento weberiano, pretende-se indicar os contornos de uma democracia política na “sociedade pós-burguesa”. Esta abordagem do pensamento do teórico alemão poderá nos revelar um personagem diferente da imagem mais corrente do autor, isto é, o teórico preocupado com a neutralidade científica e com

¹ Professora Titular de Teoria Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

² MOMMSEN, W. *Max Weber. Sociedade, política e história*. Buenos Aires: Alfa, 1981.

o ajuizamento de valores, pois não se deve esperar uma uniformidade e uma coerência de pensamento em toda a sua vasta obra.

Este ensaio, além de influenciado pela leitura que Wolfgang Mommsen faz da obra de Weber, baseia-se, preferencialmente, nos trabalhos *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída e Política como vocação*. Estas foram obras elaboradas por Weber entre 1917 e 1919, já no final de sua vida, nas quais o pensador revela algumas de suas opiniões políticas, como ele próprio admite no prefácio de *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída*: “O ensaio não proporciona quaisquer novas informações para especialistas em constituições e nem reivindica a autoridade protetora de qualquer ciência. Uma escolha entre compromissos definitivos não pode ser feita com os instrumentos da ciência”.³ Estes são, portanto, os trabalhos do teórico alemão que permitem ao leitor avaliar como ele exprimiu sua percepção da crise do liberalismo e, parafraseando Gabriel Cohn, o modo como Weber expressou o “máximo de consciência possível dentro do pensamento liberal burguês da sua época”.⁴

DE COMO WEBER APREENDE A CRISE DO LIBERALISMO

Quando Max Weber aborda a questão da crescente racionalização no mundo moderno – um dos principais elementos sobre o qual assenta a sua discussão acerca do capitalismo – o autor estava indicando que o desenvolvimento da sociedade já traz em si um processo que acabará por condicionar a hegemonia da própria classe burguesa. Para Weber, o processo de racionalização – que caracteriza o mundo moderno –, envolve não apenas a apropriação capitalista – pelo aparecimento do cálculo racional, ou seja, pelo advento de uma constelação de interesses materiais, mas tende a se concentrar também no Estado, transformando-o no principal *locus* do poder centralizado e racional. Desse modo, a proeminência do Estado Moderno representa a garantia dessa forma de apropriação e a burguesia é levada a dar consentimento ao Estado racional: “(...) o próprio ‘Estado’, tomado como entidade política, como uma ‘Constituição’ racionalmente redigida, um direito

³ WEBER, M. *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída*. In: TRAGTENBERG, M. *Max Weber: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

⁴ COHN, G. *Critica e resignação fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 149.

racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, administrado por funcionários especializados, é conhecido, nessa combinação de características, somente no Ocidente, apesar de todas as outras que dele, se aproximaram”.⁵ No núcleo dessa entidade política desenvolveu-se o burocratismo de Estado que, para Weber, é centralizado e detém o uso legal da repressão:

(...) o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos ‘Estados’ dispunham outrora, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia.⁶

O Estado burocrático, como demonstra Weber em suas análises sobre a política alemã, tende a submeter todas as manifestações da sociedade civil e as iniciativas individuais, sendo este o legado político de Bismarck ao povo alemão. O processo de racionalização na “sociedade pós-burguesa” – a exemplo do que Alain Touraine justificou acerca do conceito “pós-industrial”, a expressão “sociedade pós-burguesa” é aqui empregada na falta de outra melhor – dissemina o *ethos* burocrático por toda a sociedade civil, criando estruturas burocráticas, em todos os setores sociais, tolhendo o desenvolvimento das personalidades e anunciando, na opinião do autor, novas formas de servidão.

ASPECTOS DESFAVORÁVEIS AO LIBERALISMO POLÍTICO NA ALEMANHA

Influenciado pelas condições sócio-políticas da sociedade alemã do seu tempo, Weber analisou os fatores que impediram a realização plena do liberalismo na Alemanha. Antes da análise desses fatores, é oportuno compor, ainda que simplificada, o quadro da sociedade alemã do período guilhermino. O processo de unificação da Alemanha – que compreendeu o período de 1850 a 1871 – teve a liderança da Prússia e significou uma contra-revolução ao frágil movimento de cunho liberal-nacionalista de 1848. A

⁵ WEBER, M. A dominação. In: CARDOSO & MARTINS. *Política e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. pp. 3s.

⁶ *Ibid.*, p.62.

unificação, dirigida por Otto Von Bismarck, foi conquistada pelo emprego de uma sucessão de ações estratégicas de cunho político-militar afirmando uma hegemonia num território fragmentado, que era o da Europa Central.⁷

O Império Alemão – a ordem política que emergiu da unificação – baseava-se numa aliança entre a aristocracia *Junker* e a burguesia industrial. Tal aliança era garantida pela burocracia prussiana e assentada num sistema partidário formado pelos partidos Liberal do Império, com predominância dos altos funcionários públicos: o Nacional Liberal, burguês e reconciliado com Bismarck; o Partido do Centro, católico e com penetração nos setores do campesinato, do operariado, da burguesia e da nobreza; e o Partido Progressista formado pela burguesia industrial e abrigando uma ala social democrática. O principal núcleo de poder, no entanto, era o Estado, entidade que abrigava o estamento burocrático que, gradativamente, ganhava hegemonia. Durante o Primeiro Reich, avultava a figura de Bismarck; no Segundo Reich, Guilherme II exerceu forte poder pessoal.

É oportuno lembrar que o período de maior produção intelectual de Weber é o que coincide com a queda de Bismarck (1890) até a instalação da República de Weimar (1919). Nesse período, a sociedade alemã apresentava manifestações de interesses os mais contraditórios: a aristocracia rural tentava manter os seus privilégios, conquistados durante a fase em que Bismarck esteve no governo; a burguesia clamava por medidas protecionistas para concorrer com os produtos estrangeiros, o operariado desvencilhava-se da política repressiva de Bismarck e tentava conquistar seus direitos sociais e políticos. Acima dessas contradições estava o poder pessoal de Guilherme II, associado à burocracia de Estado.

A sociedade alemã, no período imperial, passou por mudanças expressivas em decorrência da industrialização e da urbanização. Tanto que, em 1907, 44% da população alemã era operária e, somado-se a esse percentual o de comerciantes e de empregados de serviços, chegava-se ao percentual de 68% de assalariados. A existência de um contingente expressivo de assalariados constituiu a base popular para que a oposição à permanência da Alemanha na guerra desencadeasse as greves de janeiro e de fevereiro de 1918, das quais participaram cerca de um milhão de trabalhadores, um movimento de massas precursor da revolução de novembro do mesmo ano. A incapacidade dos militares em assegurar as fronteiras do país indicava ao povo alemão, em setembro daquele ano, que a guerra estava perdida, abrindo-se uma fase de negociação pela paz.

Entretanto, as sublevações das equipagens da frota marítima, em outubro,

⁷ KENT, GEORG. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Editora UnB, 1982.

precipitam os novos acontecimentos: a queda do regime imperial e a chegada ao poder dos “Seis Comissários do Povo”, grupo formado pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e pelo Partido Social-Democrata Independente (USPD), inaugurando um curto período revolucionário encerrado quando o SPD marcou a eleição da Assembléia Constituinte para 19 de janeiro de 1919, conseguindo, sozinho, 11,5 milhões de votos, formando o primeiro governo da República de Weimar e chamando para apoiá-lo os partidos da coalizão para a paz, depois que o USPD negou-se a participar.

O que caracterizou esse período revolucionário, além da solução política proposta pelo SPD dentro dos marcos legais, foi o desentendimento dos setores da esquerda alemã, abrindo espaço para a ação repressiva dos “corpos francos” — regimentos contra-revolucionários constituídos à margem do exército regular — responsáveis pela violência deflagrada contra a Liga Spartacus — que reunia internacionalistas revolucionários — da qual participava Rosa Luxemburgo, morta por essa ação repressiva. Com a República de Weimar, a tarefa política do governo parlamentar será a tentativa de incorporar a classe trabalhadora, tendo no Partido Social Democrata o seu principal instrumento de expressão política⁸. Uma vez que a aposta política de Weber não foi no socialismo, como interpretou as dificuldades do liberalismo político alemão no interior desse quadro mais abrangente? Weber entendia que Bismarck havia deixado um sombrio legado político para os alemães.

No âmbito do Estado, o que se observava era a predominância do estamento burocrático sobre o Parlamento e sobre os líderes Parlamentares. Weber considerava que os funcionários eram “políticos moralmente inferiores”, isto é, quando em postos de direção, eram maus políticos e não tinham a combatividade necessária para o exercício da política. Agiam *Sine ira et studio*, transformando a política cotidiana em meras ações administrativas, reduzindo-a a uma atividade menor. Nesse particular, o mais grave para Weber era o avanço empreendido pelos funcionários no terreno político do Parlamento. A hegemonia dos funcionários, para Weber, devia-se à aliança existente entre eles e a dinastia guilhermina, que, dessa forma, garantia o seu próprio poder. Ainda no âmbito do Estado, Weber denunciou a “política negativa” existente no Parlamento e a sua impotência política.

Weber indicou que o Parlamento alemão restringia-se ao controle da arrecadação e do orçamento e a dar apoio às queixas dos cidadãos contra a administração governamental, caracterizando, dessa maneira, o exercício de uma política negativa. Esta situação criava uma hostilidade entre os parlamentares e os chefes administrativos do governo e um acesso limitado às informações governamentais por parte dos

⁸ ALMEIDA, A. M. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

parlamentares. Os burocratas passavam a ver os parlamentares como um aglomerado de críticos politicamente “impotentes e sabichões” e estes olhavam a burocracia como uma “casta de carreiristas e apaniguados”, que submetiam o povo às suas atividades inoportunas e constrangedoras. Weber destacou que o Parlamento alemão não podia ser um degrau para os políticos chegarem aos cargos governamentais, abandonando, inclusive, as suas bases partidárias. As assembléias parlamentares alemãs não eram mais, para Weber, uma escola de lutas apropriadas para a formação de líderes, correndo o risco de se transformarem em meros lugares de pronunciamentos e de discursos.

No plano da sociedade civil, Weber considerava que os partidos alemães demonstravam-se frágeis e cita como exemplos o Partido do Centro, que havia estabelecido uma incômoda aliança com Bismarck, e o Partido Liberal que, apesar de ter sido responsável pela criação de várias instituições do Reich – Banco Imperial e a unificação do sistema jurídico alemão – vinha de um longo convívio com Bismarck. No tocante à nação alemã, de um modo geral, Weber afirmou que ela se encontrava sem qualquer sofisticação política, sem vontade política própria e acostumada a esperar as decisões de um estadista em nome do governo monárquico. Estas questões, aqui realçadas, encontram-se em *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída*. Nesta obra o autor indica um remédio institucional para os males do liberalismo alemão, isto é, a parlamentarização do sistema político da Alemanha. Utilizando a própria linguagem weberiana, o Parlamento, à medida que desenvolvesse uma “política positiva”, se fortaleceria, passando a participar das formulações das diretrizes centrais do governo, conferindo-lhes, inclusive, maior estabilidade. Desse modo, a política positiva desempenharia um papel formador de líderes, por meio da prática parlamentar, fortalecendo, igualmente, os partidos. Todavia, a importância atribuída por Weber ao Parlamento aparece não apenas relacionada à Alemanha como, também, vinculada a uma discussão mais abrangente sobre as democracias de massas.

ALTERNATIVAS LIBERAIS PARA A DEMOCRACIA DE MASSAS

Quando Weber analisou a questão da emergência da democracia de massas, traduzindo para essa nova situação alguns princípios liberais já tradicionais, ele tinha em vista tanto as sociedades americana e inglesa, quanto a sua própria sociedade. Weber já percebia os efeitos do “voto igual” instituído ainda na fase de Bismarck, que ampliava a participação política na Alemanha e a transformação de alguns partidos – como o do

Centro — em partido de massas, bem como a emergência de novos partidos, já portadores desta característica: o Social Democrata, por exemplo. Todavia, foi a observação da sociedade americana que lhe deu a noção da democracia de tipo plebiscitário.

Weber, tanto no seu ensaio, aqui já várias vezes citado, quanto na célebre conferência *A Política como Vocaçào*, aborda a democracia de massas, isto é, um sistema de participação política no qual as eleições são diretas e o processo de seleção de líderes é realizado por meio da consulta às bases partidárias, portanto, um tipo de *referendum* popular. É assim que surge a forma plebiscitária da política — com reflexos nos sistemas organizacionais dos partidos — bem como as máquinas partidárias, formadas por funcionários permanentes e “movidas” financeiramente pelo *boss* da política. A democracia de massas engendra os *grupos de pressão* e o *spoil system*, sendo este o sistema de distribuição de cargos governamentais aos membros do partido vitorioso na disputa eleitoral. Weber via todos esses elementos com apreensão, uma vez que fragilizavam a democracia liberal.

Contra esses males democráticos, Weber indica um antídoto surpreendente: *a força irracional e transformadora do carisma*. O carisma plebiscitário seria o político com liderança, recrutado junto às massas e que jogaria o papel de contrapeso à tendência burocratizante dos partidos e ao imobilismo político de modo geral. Weber, todavia, percebeu que o carisma plebiscitário tanto poderia apresentar traços demagógicos quanto cesaristas. Novamente, o autor indica o Parlamento como o lugar mais adequado para o teste e o aperfeiçoamento desses líderes.

Como se observa, ao fazer sua aposta política, Weber revela, uma vez mais, a crença que depositava na *ação individual*, não a do tipo tradicional e tampouco burocrático, mas a do tipo carismático. Trata-se da aposta de um liberal que afirma o valor do indivíduo contra a centralização, a rotina e o autoritarismo burocrático. Entretanto, essa discussão não parece esgotar-se no plano da luta pelo poder político haja vista que Weber oferece, ainda, uma visão ética orientadora da ação política.

A ÉTICA ORIENTADORA DA AÇÃO POLÍTICA

Na opinião de Max Weber, os líderes plebiscitários e os políticos, de modo geral, deveriam ser vocacionados, isto é, apresentar ou desenvolver um tipo de *virtude* que resulta do mundo da contingência e da instabilidade política, portanto, uma noção de *virtù* que aproxima Weber da noção maquiaveliana de política.

Weber distingue, a princípio, o político que “vive da política, dos que vivem para a política”, realçando a importância dos últimos. Em seguida, trata de três qualidades indispensáveis ao político: a *paixão*, entendida como a devoção a uma causa; o *sentimento de responsabilidade*, a qualidade que faz com que o político não caia em “excitações estéreis” durante os embates políticos e o *senso de proporção*, isto é, a capacidade que deve possuir o político em se distanciar, quando necessário, das contendas e embates políticos para poder refletir sobre eles. Desse modo, Weber submete as ações políticas a duas máximas morais – a *ética da convicção* e a *ética da responsabilidade* – entendendo que o político detentor da *virtù* deveria orientar sua conduta pelo equilíbrio encontrado entre ambas.

Acerca da consciência política de Weber, Gabriel Cohn a define de modo instigante e provocativo: “Talvez se possa sustentar que ele incorpora algo como o máximo de consciência possível nos quadros do pensamento liberal-burguês de sua época, na qual ele aparecia como uma espécie de Maquiavel tardio, que enfatiza mais a noção de *virtù* quanto mais a de *fortuna* é substituída pela de *destino*. Essa época ainda não está superada, na essência e, portanto, Weber permanece atual, para quem se dispuser a assumir o desafio das conseqüências do seu estilo de pensamento”.⁹ A leitura aqui apresentada revela o lugar de uma escuta do discurso weberiano que permite realçar a consciência de um pensador cujo perfil revela os traços do *ethos* liberal. Certamente, um perfil que difere da imagem que muitos têm de Weber como um intelectual exageradamente marcado pela “ética da responsabilidade” e pelo “senso de proporção” e, logo, como alguém politicamente isolado.

⁹ COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.